

État néolibéral et régressions démocratiques dans les politiques publiques d'éducation

Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação

Neoliberal state and democratic setbacks in public education policies

Estado neoliberal y retrocesos democráticos en las políticas públicas educativas

Entrevista: Christian Laval

Maria Vieira da Silva¹
Universidade Federal de Uberlândia



[CC BY-SA 4.0](#)

Christian Laval, doutor em sociologia, é membro do GÉODE (Groupe d'étude et d'observation da démocratie, Paris X Nanterre/CNRS) e do Centro Bentham. Também é investigador do Institut de recherches da Fédération syndicale unitaire e membro do conselho científico de Attac. Especialista na filosofia utilitarista de Jeremy Bentham, tem traduzido e apresentado (com Jean-Pierre Cléro) a obra de Jeremy Bentham *De l'ontologie et autres textes sur les fictions* (Seuil, col. « Points », 1997). Também redigiu as notas e a nota final do *Panóptico* e de *Escritos sobre a homossexualidad*. Participa na *Revue du MAUSS* com artigos relacionados com temas sociológicos.

Résumé: Les théories du sociologue français Christian Laval ont constitué des références importantes pour les chercheurs dans le domaine des sciences humaines. Ses analyses se concentrent de manière dense sur les dimensions de la nouvelle rationalité politique, qui transversalise les gouvernements, l'économie, la société et l'État et porte sur la production de subjectivités et la régulation des stocks. Dans cette interview, Laval nous permet de comprendre le parcours de ses formulations sur le "Nouveau néolibéralisme" soutenu par des politiques économiques d'austérité, la marchandisation des relations sociales et de la dictature des marchés financiers ainsi que le rôle de l'école dans le processus de production de subjectivités pour la rationalité politique de la logique néolibérale contemporaine.

Mots-clés: Nouveau néolibéralisme. État et politiques d'austérité. Éducation scolaire.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio de pós-doutorado, realizado no Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris–Université Paris VIII. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Educacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e membro do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). E-mail: mvieirauifu@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

Resumo: As teorizações do sociólogo francês Christian Laval têm se constituído em importantes referenciais para pesquisadores da área de humanidades. Suas análises enfocam de forma densa dimensões da nova racionalidade política, a qual transversaliza governos, economia, sociedade e Estado e incidem sobre a produção de subjetividades e regulação das existências. Na presente entrevista, Laval nos possibilita compreender o percurso de suas formulações sobre o denominado “Novo neoliberalismo” sustentado por políticas econômicas de austeridade, pela mercantilização das relações sociais e da ditadura dos mercados financeiros como também o papel da escola no processo de produção de subjetividades para a racionalidade política da lógica neoliberal contemporânea.

Palavras-chaves: Novo neoliberalismo. Estado e políticas de austeridade. Educação escolar.

Abstract: The theories of French sociologist Christian Laval have become important references for researchers in the humanities. His analysis densely focuses on the dimensions of new political rationality, which cuts across government, economy, society and the state and focuses on the production of subjectivity and the regulation of existences. In this article, Laval helps us understand the course of his formulations on the so-called "New neoliberalism" supported by economic policies of austerity, the commodification of social relations and the control of financial markets as well as the role of schools in the process of production of subjectivity for the political rationality of contemporary neoliberal theory.

Keywords: New neoliberalismo. State and austerity policies. Schooling.

Resumen: Las teorías del sociólogo francés Christian Laval se han convertido en referencias importantes para los investigadores en humanidades. Sus análisis se centran densamente en dimensiones de la nueva racionalidad política, que atraviesa los gobiernos, la economía, la sociedad y el Estado y se centra en la producción de subjetividades y la regulación de las existencias. En la presente entrevista, Laval nos permite comprender el curso de sus formulaciones sobre el llamado “Nuevo neoliberalismo” sustentado en políticas económicas de austeridad, en la mercantilización de las relaciones sociales y la dictadura de los mercados financieros así como el papel de los escuela en el proceso de producción de subjetividades para la racionalidad política de la lógica neoliberal contemporánea.

Palabras clave: Nuevo neoliberalismo. Políticas de Estado y de austeridade. La escuela.

REPOD: Seus trabalhos assumem, atualmente, um importante papel para a crítica da sociedade contemporânea, constituindo-se em importantes referenciais para pesquisadores da área de humanidades. Poderia fazer uma pequena síntese de sua trajetória acadêmica e algumas chaves de suas teorizações construídas ao longo de seu percurso?

Laval: Comecei a minha carreira profissional como professor de ciências econômicas e sociais no ensino secundário. Eu me dediquei muito ao sindicalismo, elaborando um projeto de "pesquisa sindical" e coordenando um instituto de pesquisa sindical envolvido com questões educativas em geral, relacionadas com as evoluções econômicas e sociais. Foi, de início, nesse âmbito que desenvolvi uma "sociologia política da educação" no fim da década de 1990. Sempre me interessei pelas modalidades de exercício do poder no sistema escolar, e foi esse interesse que me levou, a partir dos anos 1990, a considerar que a escola sofria, no mundo inteiro, uma

mutação em direção à "escola-empresa". Levei uma década para reunir os materiais necessários para documentar e redigir o livro cujo título é *A escola não é uma empresa* (2003). No entanto, eu já havia escrito diversos artigos e organizado algumas publicações coletivas que analisavam a nova normatividade imposta aos sistemas educativos, principalmente, através da literatura produzida pelas grandes organizações internacionais, como o FMI, o Banco Mundial, a OCDE, a União Europeia etc.

Em paralelo a esses trabalhos de sociologia crítica, continuei realizando uma pesquisa muito longa e de outra ordem, de natureza muito mais acadêmica, sobre o utilitarismo em geral e sobre Jeremy Bentham em particular. Comecei essa pesquisa em meados dos anos 1980 e a continuei até, aproximadamente, 2010. Pode parecer estranho, mas foi esse "cruzamento" de pesquisas, uma sobre um objeto atual, a escola, e outra de natureza mais histórica e teórica, o utilitarismo, que me forneceu o fio de todo o trabalho posterior sobre o neoliberalismo que desenvolvi sozinho ou com Pierre Dardot, e atualmente com um coletivo maior, o Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (GENA). De início, intui que o totalitarismo é a expressão doutrinal de uma nova representação do homem, que é a formulação mais nítida de um discurso social mais abrangente, que faz do indivíduo um ser egoísta e otimizador. Foi nesse discurso normativo e nessa nova subjetividade que o capitalismo se apoiou para se desenvolver. Escrevi um livro que sintetiza essa pesquisa, intitulado *L'homme économique* (2007). Mas qual é a relação com a escola? Se supormos que o sistema econômico dominante precisa encontrar um "material humano" que lhe seja conveniente, apresentando as disposições éticas e as autorrepresentações necessárias à sua integração ao mundo das trocas comerciais e à sua submissão à lógica da acumulação, logo, convém nos interessarmos por tudo aquilo que produz subjetividades e moralidades capitalistas. A escola faz parte do "sistema de produção" de subjetividades em uma sociedade. Essas transformações atuais devem ser compreendidas como tendências poderosas cujo objetivo é produzir, em grande escala, sujeitos capitalistas. Weber e Foucault apontaram o caminho.

Evidentemente, todo esse trabalho de diagnóstico seria desencorajador se não estudássemos, concomitantemente, tudo aquilo que se mostrou resistente a essa subjetivação capitalista. Esse é justamente o assunto e o objetivo da tese que desenvolvi tardiamente e que me tomou muito tempo. Ela versa sobre a história da sociologia clássica tida como um movimento - evidentemente diversificado de acordo com os autores e as correntes teóricas - de resistência intelectual ao utilitarismo. Publiquei essa história em *L'ambition sociologique* (2001). De uma maneira um tanto quanto megalomaniaca, concebi todo o meu trabalho como se ele fosse uma continuação da tradição antiutilitarista da sociologia clássica. Essa faceta do meu trabalho está associada a um dos polos da sociologia francesa contemporânea em torno da revista do MAUSS (Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais), cujo eixo central consiste em considerar o utilitarismo como o alicerce antropológico das sociedades modernas.

A partir de 2004, Pierre Dardot e eu lançamos nosso próprio coletivo intitulado *Question Marx*, cuja ambição fora "renovar o pensamento crítico". Estávamos insatisfeitos no que se referia à escassez de trabalhos teóricos sérios nos movimentos de resistência ao neoliberalismo e no altermundialismo. Parecia-nos que se fazia necessário refletir acerca de uma série de questões fundamentais: o neoliberalismo, o capitalismo, o pensamento de Marx e o marxismo contemporâneo, as formas de luta e os experimentos que traçavam uma ou mais alternativas, o Estado contemporâneo etc. Todo um programa de trabalho coletivo foi, assim, criado, o que acabou dando origem a uma série de livros em coautoria, essencialmente com Pierre Dardot. É sempre difícil responder uma questão sobre um "percurso". Eu o resumiria através da afirmação de que existem três polos distintos e paralelos no que se refere a esse trabalho: a sociologia política da educação, associada ao sindicalismo docente; a gênese da representação

utilitarista do indivíduo e da sociedade e a história da oposição sociológica ao utilitarismo, em consonância com o movimento antiutilitarista nas ciências sociais; e o projeto de renovação das ferramentas críticas no âmbito de um trabalho coletivo.

REPOD: Após mais de uma década da publicação do livro “A Nova Razão do Mundo”, que elementos considera importantes para atualizar suas teses sobre as relações entre Estado e mercado apresentadas em 2009, por ocasião do lançamento deste livro?

Laval: A obra *A Nova Razão do Mundo* foi concebida a partir de uma constatação: o neoliberalismo não apenas triunfa por toda a parte, mas está também profundamente enraizado no corpo social e nas subjetividades contemporâneas. Enfrentar o neoliberalismo não quer dizer denunciá-lo, até mesmo ruidosamente, mas, primeiramente, compreendê-lo em sua lógica interna, considerá-lo como uma "normatividade que não possui fronteiras nem limite. No plano doutrinal, esta é uma visão completa do homem e da sociedade; no plano prático, é um conjunto de técnicas de governamentalidade cujos objetivos são mudar o funcionamento social, subordiná-lo integralmente à lógica capitalista da concorrência, da eficácia, da rentabilidade.

Há uma década, expor essa normatividade geral já se fazia extremamente importante, assim como não a considerar numa perspectiva muito restrita, como aquela dos economistas críticos, por exemplo, que denunciavam, com razão, as políticas monetaristas e as políticas orçamentárias restritivas, mas que não conseguiam vislumbrar aquilo que vai além da esfera econômica. Toda a sociedade, e até mesmo todo o ser humano, está submetida às políticas e técnicas neoliberais de management. Contudo, era igualmente importante diferenciar o liberalismo clássico, do tipo *laissez-faire*, do neoliberalismo moderno. O último não envolve o retorno a Adam Smith, e o termo "ultra-liberalismo" não é satisfatório. O neoliberalismo não nega o papel do Estado, muito pelo contrário. Ele lhe concede a função central de assegurar as condições jurídicas, políticas e culturais do livre mercado, mas também, ainda, de criar todas as condições institucionais e subjetivas para que toda a sociedade se adapte e se conforme à lógica da concorrência. Em outras palavras, o Estado neoliberal atua de modo a fazer da lógica capitalista a lógica geral da vida humana. Todo esse trabalho tinha, também, uma finalidade bem clara e que dizia respeito, sobretudo, ao espaço europeu: fazia-se necessário mostrar que, desde o início, a construção institucional da União Europeia foi arquitetada a partir de um alicerce neoliberal e, mais precisamente, assentada sobre o ordoliberalismo alemão. Esse fator permitia explicitar como a social-democracia europeia se deixou arrastar para a emboscada desse mesmo processo e o motivo pelo qual condenou-se a assumir, ela mesma, políticas neoliberais. Isso foi o que provocou o seu declínio e o que promoveu a ascensão do autoritarismo e do neofacismo em praticamente todos os países europeus e para além deles.

REPOD: A ascensão de governos ultradireitista ao poder, em vários países do globo tem intensificado colapsos no Estado de direito e na construção da cidadania. Como pensar o “novo neoliberalismo” no bojo da racionalidade política e da lógica normativa que rege as relações de poder no tempo presente?

Laval: É verdade que nós utilizamos, em um determinado momento, a expressão "novo neoliberalismo", para classificar as políticas e o estilo autoritário de Trump, Bolsonaro, Orban e alguns outros do mesmo gênero. A expressão não era tão satisfatória, mas se fazia necessária a título provisório. Ela designava essa mescla surpreendente de características populistas, fascistas, nacionalistas e racistas com aspectos tradicionalmente mais neoliberais. O neoliberalismo havia dado a impressão, na Europa e até mesmo nos Estados Unidos, de que

podia se combinar com aspirações a mais liberdades civis e individuais, e até mesmo a um certo "espírito libertário" proveniente da contracultura e dos protestos de 68, bem como a uma certa abertura cultural em termos globais, acompanhando a globalização econômica. No entanto, ele mostrou, de forma por demais repentina, uma outra face muito diferente, em uma configuração cultural e socialmente hiperreacionária, a partir de uma constituição sociológica igualmente diversa, associando os setores mais conservadores, mais retrógrados e mais religiosos ao Big business. Na verdade, não se trata de um "novo neoliberalismo", mas de uma das duas ramificações ou figuras possíveis do neoliberalismo. Tentamos clarificar essa questão em um livro coescrito por quatro autores, e que acaba de ser traduzido para o português (*A escolha da guerra civil*, Elefante, 2021). Nosso postulado é o seguinte: não se deve falar de um "novo neoliberalismo", mas compor "uma outra história do neoliberalismo" que leve em consideração sua dimensão estratégica e sua violência intrínsecas. O neoliberalismo, desde o seu surgimento, designa seus inimigos e pensa em um meio de combatê-los. Os inimigos são todos aqueles que questionam a ordem de mercado, considerada a "obra-prima" da "civilização ocidental". O grande meio de impor uma sociedade de mercado é o Estado forte, estando neste incluso, caso necessário, o recurso à ditadura. Negligenciamos demais essa dimensão da violência estatal em nossos primeiros trabalhos, por demais centrados em questões relacionadas aos países do norte. É por esse motivo que, deliberadamente, nosso primeiro capítulo discorre sobre o golpe de Estado de Pinochet, em 1973. Contudo, não são somente governos de extrema direita que assumem uma postura de violência cada vez mais aberta. Na França, o governo de "extremo centro" de Macron faz, também, uso da violência de Estado contra aqueles que se opõem à sua política e procura criminalizar a esquerda intelectual e política, acusando-a de cumplicidade com o terrorismo islamista.

REPOD: No Brasil presenciamos os reflexos da ascensão das alianças conservadoras no poder no âmbito das políticas e práticas educacionais por meio da “militarização das escolas” e dinâmicas ideológicas difundidas pelo Movimento “Escola sem Partido”. Que conexões são possíveis de se estabelecer entre a agudização das concepções racistas, patriarcais, coloniais e antidemocráticas que atravessam as estruturas de poder no tecido social e o ethos escolar?

Laval: Os governos neoliberais, no âmbito escolar e universitário, fazem uso de duas estratégias combinadas que se tornaram, gradualmente, complementares: uma que visa submeter, da forma mais direta possível, o universo educativo e científico aos estritos interesses de potências econômicas privadas e à lógica capitalista; e outra cujo objetivo é combater e eliminar todas as abordagens pedagógicas e todos os conhecimentos que ainda escapam dessa "nova razão do mundo", e que são, portanto, considerados "perigosos" para o sistema dominante. Daí a grande regressão que testemunhamos em diversos países no que diz respeito ao ideal escolar e às finalidades da educação. Tudo aquilo que pertence ao espírito iluminista e à tradição republicana é atacado. As razões ideológicas podem variar. Elas podem ir do fanatismo religioso até o apelo a uma laicidade cujo sentido é completamente deturpado. Sei bem que o nível de repressão contra docentes tomou proporções dramáticas no Brasil. Na França, em um grau de violência direta consideravelmente menor, ataques contra professores universitários e docentes em geral são igualmente postos em prática pelo governo e pela direita em nome da luta contra a influência fantasiada do islã e contra o "wokismo", o nome do novo inimigo. A "República" se torna, assim, o termo sagrado de uma nova religião que deve combater outra. Os ideais de tolerância, de cidadania, de liberdade de espírito são desprezados. Constata-se, logo, o quanto o neoliberalismo enfraqueceu, até o ponto de ameaçar de extinção, as tradições liberais, democráticas e republicanas que moldaram, durante um século ou dois, a educação

pública. Como destacava em sua época Bourdieu, é a própria civilização que está em risco de regressão devido a essas agressões anti-intelectuais, anticientíficas, obscurantistas. Tudo isso ocorre como se o programa da extrema direita norte-americana (luta contra o "wokismo", denúncia de todas as lutas das minorias, combate às supostas "teorias de gênero", negacionismo climático etc) tivesse se disseminado em todas as direitas, um pouco como se tivesse sido constituído um argumento radical idêntico nas direitas de todos os países, argumento este que, por sua vez, favoreceu o desenvolvimento de uma direita global relativamente unificada, desde a extrema direita fascista até a direita outrora mais liberal (no sentido antigo do termo). O que unifica essa direita global é a luta contra a igualdade de classes, de raças, de gêneros. A luta travada contra a escola pública oriunda dos iluministas é uma luta contra a igualdade.

REPOD: Quais os desafios do meio acadêmico, dos movimentos sociais e sindicais para pensar a construção de alternativas efetivas ao neoliberalismo, face ao seu caráter plástico e plural de austeridade fiscal e da ditadura dos mercados?

Laval: Poderíamos esperar o nascimento ou renascimento do seu contraponto, um movimento global cujo eixo central e unificador seria a luta pela igualdade em todas as suas formas e em todos os âmbitos. Desde já, em cada país, seria necessário conciliar culturalmente e coordenar de maneira prática as diferentes lutas pela igualdade e ultrapassar as barreiras que podem existir entre os movimentos sindicais tradicionais, os novos movimentos sociais e os combates ecológicos e feministas. Cito, de bom grado, a ideia de Felix Guattari de que é necessário transversalizar as lutas, o que significa que cada uma deve integrar, em seu eixo central, os pontos de vista e as problemáticas das outras. Da minha parte, por exemplo, atuo de modo a tornar o sindicalismo docente igualmente feminista e ecologista, de forma a integrar em sua cultura e em seu funcionamento, em suas temáticas e suas reivindicações, as dimensões feminista e ecologista. Isso significa, também, que o outro lado, ou seja, os movimentos feministas e ecologistas, devem, por sua vez, melhor integrar a dimensão da luta sindical, da justiça social em seu centro. Essa grande coligação dos movimentos pela igualdade e pela justiça não concerne apenas aos partidos, mas concerne, sobretudo, aos movimentos e associações cívicas e sociais que representam um papel considerável na democratização da sociedade e das instituições. Não podemos esquecer que "a crise da democracia", como é referida atualmente, é a crise de um sistema político oligárquico no qual os cidadãos não mais confiam e do qual se sentem excluídos e desprezados. A luta geral pela igualdade concerne igualmente às relações entre o sistema político e os cidadãos. Por fim, como último ponto, deve-se considerar que é difícil estabelecer uma comunicação entre os dominados de diferentes países. E a grande onda nacionalista que enfrentamos nesse momento não melhora as coisas. As oligarquias dominantes são muito mais cosmopolitas que os povos. O altermundialismo foi uma primeira tentativa; é necessário prosseguir nessa mesma direção. Há muito trabalho a ser feito.

REPOD: E a instituição escolar? Qual o papel da escola no processo de produção de subjetividades para a racionalidade política da lógica neoliberal contemporânea? Há possibilidades de construção de contra-hegemonia a este processo?

Laval: No que se refere à escola, acredito que seja necessário combinar, neste momento, duas lógicas: a resistência e o projeto. A lógica da resistência à transformação neoliberal da escola e às regressões obscurantistas, autoritárias e neofascistas é indispensável, em todos os níveis: individual e sobretudo coletivo. Tenho o costume de lembrar aos professores com quem conversei o conselho de Célestin Freinet: "não fiquem sozinhos", que quer dizer: "ajam ou

reajam coletivamente”, “reúnam-se, defendam-se coletivamente”. A melhor forma de resistir é a inteligência coletiva. Isso não é fácil no âmbito educacional, sobretudo no ensino superior. O individualismo, a rivalidade, as lutas de interesses se fazem ali muito presentes e potentes. Os professores devem, de forma contrária a seus atuais comportamentos, desenvolver a cooperação entre si. Sou um fervoroso defensor do cooperativismo pedagógico. Para mim, não há outra forma de conceber as relações entre alunos. Por que não desenvolver sistematicamente também a cooperação entre professores? Essa inteligência coletiva deve incidir na análise das transformações e no diagnóstico dos males que elas causam. Porém, ela deve se aplicar também à elaboração das alternativas. Isso é o que chamo de lógica do projeto. Não devemos nos limitar à postura defensiva, à luta de resistência, devemos abranger perspectivas em direção a uma outra forma de educação possível, rumo a uma educação democrática para uma outra sociedade, para um outro mundo. Faz-se necessário repensar tudo aquilo que uma escola adaptada a uma sociedade igualitária e ecologista deveria representar. É através da imaginação que criamos novas instituições. Deve-se imaginar, desde já, o que deveria ser uma escola cuja finalidade seria educar cidadãos suficientemente qualificados eticamente e equipados intelectualmente para enfrentar os desafios globais que surgirão em dez ou quinze anos, quando as crianças e os adolescentes de hoje serão os responsáveis pela sociedade e pelo mundo. Mas não basta imaginar, deve-se reunir esforços, mesmo que modestamente, para implementar práticas “alteradoras”, “prefigurativas” ou “utópicas” - pouco importa o termo utilizado, eu uso os três - que preparem a escola democrática de amanhã. Os professores progressistas não devem enxergar-se apenas como “parte da resistência”, eles devem, também, enxergar-se como “precursores”, “prefiguradores”.

REPOD: Em breve, seu livro *Éducation démocratique* será lançado no Brasil, pela editora Elefante. Que elementos centrais poderia destacar para os leitores brasileiros sobre esta nova publicação?

Laval: O livro *Éducation démocratique*, que redigi com Francis Vergne, um amigo sindicalista, psicólogo especialista em questões escolares, acaba de ser publicado na França. Ainda não encontramos uma editora para publicação no Brasil, mas espero que encontremos uma em breve. A ideia do livro é justamente inventar um novo modelo de escola, de forma sintética, a partir de diversos conhecimentos e múltiplas experiências que permitam conceber as condições de um sistema educativo verdadeiramente democrático. Não se trata de um projeto novo, pois foi inspirado em debates dos grandes pioneiros da reflexão acerca da educação democrática, Condorcet, Jaurès, Gramsci, Freinet, Freire, Dewey e outros. De Dewey, recuperamos a ideia de um experimentalismo democrático. Ninguém detém as soluções perfeitas, é a inteligência do meio organizado democraticamente que pode promovê-las de forma prática. Entendemos, também, que a escola deve ser redefinida como o ambiente no qual deve ocorrer uma aprendizagem da democracia, de uma experiência da democracia. O outro grande eixo do livro consiste na crítica ao “escolarismo”, a ideologia ilusória que consiste no pensamento de que poderíamos construir uma educação inteiramente democrática em uma sociedade desigual, hierárquica, dividida entre ricos e pobres, dominantes e dominados. A luta pela igualdade deve ser global, não há como existir uma escola justa em uma sociedade injusta. Nessa perspectiva, a questão escolar permanece sendo uma questão social e política. Deve-se, portanto, segurar as duas extremidades da corda: desenvolver uma micropolítica democrática em escala de sala de aula e de escola, desde já, e lutar por uma igualização social no seio da sociedade. Entre as duas extremidades, entre o micro e o macro, há um amplo espaço para uma “mesopolítica educativa”, uma política do meio que consiste em atuar sobre o quadro social, econômico e cultural do aluno em todos os níveis escolares.

Imaginar uma escola para a democracia, concebida para a democracia, preparando às práticas e instituições do autogoverno pelo povo, eis o sentido desse livro. A receita não está nos livros, faz-se necessário inventá-la. A democracia do amanhã, a que esperamos e para a qual lutamos, enfrentará terríveis desafios, principalmente a crise climática. Como preparar os cidadãos de amanhã? Tentamos compor uma imagem sistêmica da educação democrática, combinando cinco princípios interdependentes.

O primeiro diz respeito à condição primordial da educação democrática: a liberdade de pensar, cuja tradução institucional é: "as liberdades acadêmicas". A escola deve emancipar-se integralmente das potências que procuraram, até o presente momento, submetê-la e instrumentalizá-la, sejam as religiões, os governos, ou as empresas capitalistas. Nesse sentido, toda a educação, desde a pré-escola até a universidade, deve ser regida pela máxima da liberdade de pensamento, condição de todo e qualquer conhecimento racional, e, para tanto, deve ser integrada em uma instituição que não dependa dos poderes, a qual chamamos Universidade democrática.

O segundo princípio é a busca pela igualdade no acesso à cultura e ao conhecimento. Não é suficiente declarar retoricamente tal objetivo, deve-se pensá-lo a partir de condições concretas e dotá-lo de meios reais. A literatura referente ao assunto é abundante e dá a sensação de que tudo e mais um pouco já foi dito e experimentado. Convém articular duas lutas pela igualdade: um combate interno às instituições e um combate externo que concerne à sociedade como um todo. Como fazer as pessoas acreditarem, ainda, na igualização das oportunidades escolares sem uma transformação profunda da divisão do trabalho e da repartição do poder na sociedade? Mas isso não impede que nos perguntemos o que a educação pode fazer, atualmente, pela igualdade.

O terceiro princípio é referente à construção de uma cultura comum. Para os conservadores, a instituição escolar deve, essencialmente, preparar os alunos para carreiras profissionais e posições sociais consideravelmente diferenciadas. Na perspectiva de uma educação democrática, o acesso a uma verdadeira cultura comum, de alto nível, é um objetivo político que deve orientar, desde já, as práticas de ensino, por vezes a despeito de programas oficiais. O quarto princípio concerne à definição de uma pedagogia instituinte. Aqui, novamente, podemos ter a sensação de que há dois séculos, no mínimo, têm sido criticados antigos métodos opressivos da escola tradicional. Mas se uma pedagogia democrática não pode ser dissociada dos fins de igualdade social e dos objetivos culturais da escola comum, ela não pode ser separada do objetivo do autogoverno popular. Precisamos, portanto, pôr em primeiro plano aquilo que é autenticamente democrático na tradição das grandes pedagogias alternativas, e precisamente aquilo que diz respeito à cooperação ativa dos alunos em seu aprendizado.

O quinto princípio diz respeito ao autogoverno da própria instituição escolar. Todo estabelecimento escolar deve ser regido por princípios verdadeiramente democráticos, em sentido oposto ao fortalecimento atual da hierarquia e da burocracia central. No âmbito das leis gerais e de uma política geral que visem à realização dos princípios anteriores, o governo da instituição de ensino deve ser confiado a uma estrutura colegiada de profissionais, de usuários da escola e de cidadãos preocupados com a questão educativa. Esse autogoverno dos estabelecimentos escolares deve, por sua vez, integrar-se ao âmbito federativo da Universidade democrática, instituição protetora das liberdades acadêmicas, que garante a igualdade real frente à educação e que compreende todos os docentes, desde aqueles que atuam nos níveis fundamentais até os do ensino superior.

Tradução: Vanise Dresch e Bruno Konkewics
Tradutores e intérpretes de conferências